

Voto aos 16 anos é aprovado

JBR

17/10/87, SÁBADO • 5

Naturalizados já podem ser governadores

Os brasileiros naturalizados poderão ocupar cargos de governador e vice-governador de Estado e do Distrito Federal. Esta foi a principal inovação do capítulo da Nacionalidade aprovado integralmente durante a sessão de ontem à tarde da Comissão de Sistematização. Pela primeira vez ocorreu uma votação tranquila e organizada, quando apenas um dos 34 destaques foi levado a votação.

A emenda apreciada pelo plenário foi de autoria do deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), que pedia a supressão do inciso que prevê a perda da nacionalidade brasileira dos naturalizados que através de sentença judicial «exercem atividade nociva ao interesse nacional». A defesa foi feita pelo deputado José Genoíno (PT-SP) e José Paulo Bisol (PMDB-RS). Eles argumentaram que este dispositivo contraria o texto das garantias individuais que estabelece como punição ao naturalizado a extradição. Mesmo assim, a tese foi derrubada no plenário por 70 votos contra 18, tendo a rejeição inclusive do líder do PFL, deputado José Lourenço — português naturalizado brasileiro e frequentemente chamado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) por «deputado luso-baiano».

Avanço

Mas o deputado José Lourenço foi um dos responsáveis pela aprovação do dispositivo que permite aos naturalizados concorrerem a cargos de governador e vice-governador de Estado e do Distrito Federal. Assim que o deputado Vivaldo Barbosa encaminhou destaque alterando o texto do substitutivo, José Lourenço subiu a tribuna e fez um relato pessoal «do compromisso que os naturalizados têm para com o Brasil, já que fizemos uma opção por amor à essa terra». Lourenço foi aplaudido de pé pelo plenário que acolheu a argumentação de que «o naturalizado está totalmente integrado ao País». Com isso, o deputado Vivaldo Barbosa retirou o seu destaque. Assim continuam privativos aos brasileiros natos somente os cargos de presidente da República, presidente da Câmara e do Senado, primeiro-ministro, ministro do Supremo Tribunal Federal, além dos integrantes das carreiras diplomática e militar.

Fotos: Lacerda/Coccolato

Após um tumulto, provocado pelo líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), que rasgou o substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), a Comissão de Sistematização aprovou ontem por 58 votos contra 22 e duas abstenções a inclusão de um dispositivo que prevê o voto facultativo aos menores a partir dos 16 anos. Após a derrota, Lourenço garantiu que vai iniciar a coleta de assinaturas de parlamentares que não participam da Sistematização, propondo alteração no regimento interno da Constituinte, para apresentar outro substitutivo ao texto Constitucional.



A atitude do líder do PFL, após o relator Bernardo Cabral autorizar o senador José Fogaça (PMDB-RS) a dar o parecer favorável à emenda do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), acabou facilitando a aprovação do dispositivo já que muitos parlamentares, principalmente pemedebistas, se solidarizaram com Cabral. Lourenço acusou Bernardo Cabral de ter mudado de posição em relação a matéria, insinuando que ele estava cedendo as pressões da esquerda. Disse que o relator havia declarado anteriormente que era contra o voto para os menores de 16 anos, por isso ter como consequência a perda da imputabilidade, ou seja, os menores poderiam ser passíveis de processo judicial por qualquer crime.

Agressões

Bernardo Cabral desmentiu afirmando que quando estava elaborando o segundo substitutivo havia declarado que pessoalmente era favorável ao voto facultativo aos 16 anos, mas não iria incluí-lo no texto porque outros relatores adjuntos se posicionaram contra. Nesse momento Lourenço não se conteve e rasgou o substitutivo, para espanto da mesa, presidida pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

O relator reagiu a atitude do líder do PFL dizendo que «quem rasga um texto constitucional é capaz de coisa muito pior. Acabamos de assistir nesta casa uma das atitudes mais aterrorizantes». O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), entrevistado para dizer que aquela cena parecia mais «um drama mexicano», Cabral deu o troco, ouve um bate-boca entre os dois e o senador Fernando Henrique acabou cortando os microfones.

Além de Zanetti, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) também fez um discurso defendendo o voto aos 16 anos e dizendo que não havia relação entre a imputabilidade e a maioria. Falaram contra a emenda os deputados Gastone Righi e Prisco Viana (PMDB-BA).